



Nova Marlim

COLEGIADA

JUCESP



JUCESP PROTO

514753/01-8



NOVAMARLIM

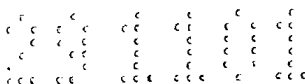
NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

NIRE 35.300.187.393

CNPJ/MF nº 04.668.779/0001-79

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2001**

1. **DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Realizada às 09:00 horas do dia 16 de novembro de 2001, na sede social da Sociedade, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, 263, 11º andar, sala 06-B, Vila Olímpia, CEP 04551-060.
2. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei 6.404, de 15.12.76, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença".
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Parágrafo Primeiro do Artigo 26 do Estatuto Social, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Luis Antonio Semeghini de Souza, que convidou a Sra. Cristiane Naomi Kaneko Flesch para secretariá-lo.
4. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre a (I) retificação da deliberação "I" tomada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2001, relativa à autorização da 1ª emissão de debêntures ("Debêntures") da Companhia, nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei 6.404/76 e demais disposições legais pertinentes (a "Emissão").



40



NOVA MARLIM

DEBÊNTURES

(viii) Remuneração: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à remuneração composta de (i) juros e (ii) um prêmio variável na forma descrita abaixo ("Remuneração"). A Emissora pagará a Remuneração a cada 6 (seis) meses contados da Data de Emissão (cada, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

Forma de Cálculo. A Remuneração será calculada a cada seis meses contados da Data de Emissão.

(a) A Remuneração será composta de (i) Juros, calculados de acordo com a Taxa ANBID (conforme definida abaixo), capitalizada proporcionalmente pelos respectivos sub-períodos de vigência da mesma; e (ii) Prêmio, na forma do parágrafo único do Artigo 3º da Decisão-Conjunta nº 7, editada em 23 de setembro de 1999 pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, o qual será calculado exponencialmente por dias decorridos desde a Data da Emissão, variando de acordo com a variação do preço do petróleo tipo Brent-Datado publicado pela Platt's Crude Oil ("Brent") no período considerado.

(b) Para fins de cálculo do prêmio mencionado acima, a cada seis meses contados da Data de Emissão, o Conselho de Administração da Emissora deverá comparar (i) o preço estimado do Brent naquela data para o período em referência (o "Preço Estimado do Brent") e (ii) a média diária dos preços do Brent praticados no mês imediatamente anterior ao mês da data do cálculo (o "Preço Efetivo do Brent").

(i) O Preço Estimado do Brent para os 4 (quatro) primeiros períodos semestrais será determinado com base em uma curva linear do preço do Brent projetada pelo Conselho de Administração, a qual terá (x) como ponto inicial, a média dos preços de fechamento do Brent no período de 30 dias imediatamente anteriores à Data de Emissão e (y) como ponto final, a cotação do preço do Brent para o período 4 descrito na tabela abaixo. Após a determinação do Preço Estimado do Brent para esse período, deverão ser



JUL 20

2019

calculados os preços do Brent para as variações percentuais (A) negativa em 18%; (B) positiva em 18% e (C) positiva em 36% do Preço Estimado do Brent. A Emissora informará ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do 1º anúncio de início da distribuição pública das Debêntures, o Preço Estimado do Brent para esses 4 primeiros períodos, bem como os preços calculados a partir das variações percentuais acima mencionadas.

(ii) O Preço Estimado do Brent para os demais períodos semestrais, bem como suas variações percentuais, serão aqueles descritos na tabela abaixo:

Período (semestres)	Variação Negativa de, no mínimo, 18%	Preço Estimado do Brent (U.S.\$/bbl)	Variação Positiva de 18%	Variação Positiva de, no mínimo, 36%
	Taxa ANBID + 0% a.a.	Taxa ANBID + 1,5% a.a.	Taxa ANBID + 3,5% a.a.	Taxa ANBID + 5% a.a.
4	16,59	20,23	23,88	27,52
5	16,54	20,17	23,80	27,43
6	16,48	20,10	23,72	27,34
7	16,43	20,03	23,64	27,25
8	16,37	19,97	23,56	27,15
9	16,32	19,90	23,48	27,06
10	16,26	19,83	23,40	26,97
11	16,21	19,77	23,32	26,88
12	16,15	19,70	23,25	26,79
13	16,10	19,63	23,17	26,70
14	16,04	19,57	23,09	26,61
15	15,99	19,50	23,01	26,52

(iii) Após a determinação do Preço Estimado do Brent e suas variações percentuais para os respectivos períodos conforme os itens (viii)(b)(i) e (viii)(b)(ii) acima, o cálculo da parcela do prêmio da Remuneração deverá ter como referência os quatro níveis abaixo mencionados, sendo que, em



JOSE

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

qualquer hipótese, a Remuneração não poderá ser inferior à taxa de juros, i.e, à Taxa ANBID. O prêmio não poderá, em hipótese alguma, exceder a 5% (cinco por cento) ao ano. A Remuneração será a seguinte:

(A) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 18% (dezoito por cento) inferior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, com prêmio de 0% (zero por cento);

(B) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for equivalente ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano;

(C) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for 18% (dezoito por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano; e

(D) se na data do cálculo o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 36% (trinta e seis por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 5% (cinco por cento) ao ano.

(c) Se a diferença entre o Preço Efetivo do Brent e o Preço Estimado do Brent não corresponder aos preços exatos determinados para os respectivos períodos de acordo com os itens (viii)(b)(i) e (viii)(b)(ii) acima, conforme o caso, o cálculo do prêmio que compõe a Remuneração deverá utilizar uma interpolação linear simples.

Taxa ANBID. Para fins deste item, a taxa ANBID ("Taxa ANBID") significa a taxa de juros divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento – ANBID, publicada diariamente na Resenha da ANDIMA, para depósito bancário a prazo, do tipo mais negociado e de maior volume (pré ou pós-



JOB

2000

fixado) apresentado durante o período de capitalização, conforme definido adiante, capitalizada pelos respectivos sub-períodos de capitalização, conforme definido abaixo:

(a) o "período de capitalização" é o período semestral de Remuneração. O primeiro período de capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração. Os demais períodos de capitalização iniciam-se na última Data de Pagamento da Remuneração ocorrida e terminam na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, sucessivamente sem solução de continuidade.

(b) o "sub-período de capitalização" é o período de vigência de cada uma das Taxas ANBID (pelo prazo do respectivo depósito a prazo em que a mesma se embasou). O primeiro sub-período de capitalização inicia-se na data de início do primeiro período de capitalização e termina ao final da data de vigência da Taxa ANBID. Os demais sub-períodos de capitalização iniciam-se na data de vencimento do sub-período de capitalização anterior e terminam na data de vigência da Taxa ANBID do mesmo ou no término do período de capitalização, o que for anterior, cada sub-período de capitalização sucedendo ao anterior, sem solução de continuidade.

(c) a cada início de um novo período de capitalização, iniciar-se-á um novo sub-período de capitalização. Caso a data de encerramento do período de capitalização não seja coincidente com a data de encerramento do sub-período de capitalização, a Taxa ANBID do último sub-período de capitalização será calculada pro rata temporis por Dias Úteis até a data do encerramento do respectivo período de capitalização.

Taxa Substituta. Na hipótese da Taxa ANBID aplicável deixar de ser divulgada, será utilizada a última Taxa ANBID divulgada dentro do período de até 30 (trinta) dias corridos que anteceder a data do primeiro dia útil do respectivo sub-período.



JOEAP

JOEAP

Persistindo a ausência de divulgação da Taxa ANBID, ou no caso de sua extinção, ou ainda se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, esta não mais puder ser utilizada para o cálculo da Remuneração, deverá ser utilizada como taxa substituta (a "Taxa Substituta"), na mesma data da extinção da Taxa ANBID ou do impedimento de sua utilização, a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré fixados, obtida pelo Conselho de Administração da Emissora, para lotes de valor equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais), que será mensalmente atualizado a partir da data de capitalização, junto ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco do Brasil S.A., Banco ABN AMRO Real S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. O prazo do último sub-período de cada período de apuração será ajustado de tal forma que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração. Caso a Taxa Substituta também não possa ser aplicada, será convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da última divulgação, para deliberar a escolha de outra taxa substituta.

(a) para todos os efeitos deste item, será considerado o ano de 360 dias, sendo que caso a Taxa ANBID ou a Taxa Substituta tenha como referência prazo diverso, deverá a mesma ser ajustada para refletir a base de 360 dias; e

(b) a apuração dos montantes das obrigações que deverão ser liquidadas em datas intermediárias, que não coincidam com o último dia do período de vigência de cada Taxa ANBID, será calculada exponencialmente pro rata temporis, considerando-se o número de dias úteis transcorridos desde a data do início do período de vigência da Taxa ANBID considerada e a data do pagamento da Remuneração, em relação ao número de dias úteis do período de vigência da Taxa ANBID em curso.

(ix) Prazo e Preço de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas em até 20 (vinte) dias contados do encerramento do prazo para o exercício do direito de preferência conferido aos acionistas da Emissora nos termos



JOEAP

© 2009 JOEAP

do item (xi) abaixo. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Taxa ANBID + 5% (cinco por cento) ao ano, calculada pro rata temporis desde a data do início do prazo de subscrição referido acima até a data de integralização. A Taxa ANBID + 5% (cinco por cento) não se aplicará às subscrições efetuadas por força do exercício do direito de preferência nos termos do item (xi) abaixo. A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.

(x) Prazo de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures será de 90 (noventa) meses a contar da Data da Emissão, portanto, no dia 30 de maio de 2009.

(xi) Direito de Preferência: Nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, será concedido aos acionistas da Companhia direito de preferência para subscrição e integralização das Debêntures pelo prazo decadencial de 30 (trinta) dias a contar da segunda publicação do Anúncio de Início de Distribuição, inclusive. Os acionistas da Companhia que desejarem exercer seu respectivo direito de preferência deverão comparecer à sede da Companhia durante o prazo anteriormente mencionado. A quantidade máxima percentual de Debêntures que os acionistas que exercerem o direito de preferência poderão subscrever será igual à participação percentual do acionista subscritor no capital social da Companhia nesta data. Os acionistas da Emissora poderão ceder ou renunciar ao seu direito de preferência. No caso de renúncia pela totalidade dos acionistas da Emissora ao seu direito de preferência na subscrição das Debêntures, o prazo previsto neste item deverá ser reduzido, encerrando-se na data em que o último acionista da Emissora apresentar sua respectiva renúncia. Nesse caso, o prazo de subscrição a que se refere o item (ix) acima, iniciar-se-á no dia útil imediatamente subsequente.

(xii) Conversibilidade: Cada Debênture poderá ser convertida, por opção do seu titular, em ações ordinárias representativas do capital social da Emissora (a) a partir do segundo ano contado da Data de Emissão, no período estipulado abaixo, e (b) a qualquer tempo, mediante ocorrência de qualquer evento descrito no item (xvi) abaixo, respeitado o disposto naquele item.



JOES

JOES

Cada Debênture poderá ser convertida pelo número de ações ordinárias resultante da divisão do (a) Valor Nominal Unitário da Debênture não amortizado e acrescido da Remuneração até a data da conversão, pelo (b) valor patrimonial da ação da Emissora constante das demonstrações financeiras auditadas e publicadas relativas ao último exercício social transcorrido multiplicado pelo fator de 1,75. Para os fins do Artigo 170, §1º da Lei nº 6.404/76 (e alterações posteriores), os acionistas decidiram que o fator de conversão das Debêntures mencionado no item (b) acima tomará por base o valor patrimonial da ação da Emissora em 11 de setembro de 2001, tendo em vista tratar-se de companhia recém-constituída, acrescido de um prêmio de 75% (setenta e cinco por cento) sobre tal valor.

O período para o exercício da opção de conversão das Debêntures no caso descrito na alínea (a) do primeiro parágrafo deste item (xii) será anual e iniciar-se-á sempre no primeiro Dia Útil seguinte à data de publicação das demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas, relativas ao último exercício social transcorrido e encerrar-se-á (a) no dia 20 de abril do mesmo ano da referida publicação das demonstrações financeiras; ou (b) 20 (vinte) dias corridos contados da data de início do período para conversão, das duas datas a posterior.

Caso a Assembléia Geral da Companhia delibere emitir novas debêntures conversíveis em ações para subscrição pública ou privada, os Debenturistas da presente emissão terão direito de preferência na subscrição de tais debêntures juntamente com os acionistas da Companhia, se tal direito for igualmente conferido a estes.

Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em dinheiro, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 10º (décimo) dia útil subsequente à data de conversão, acrescido da remuneração conferida às Debêntures até a data do efetivo pagamento.



JUCEP

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
ESTADO DO PARANÁ

Os Debenturistas exercerão a opção de conversão das Debêntures em ações ordinárias representativas do capital social da Companhia da seguinte forma: (a) por envio da solicitação de conversão ao Sistema Nacional de Debêntures - SND, operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, através do Terminal CETIP ou formulário padrão da CETIP; ou (b) caso o Debenturista não tenha conta individualizada na CETIP, deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira custodiante de suas Debêntures na CETIP, para que esta faça o pedido, junto ao SND, da quantidade de Debêntures que pretende converter, ou, ainda, (c) caso as Debêntures não estejam registradas no SND, o Debenturista deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolizada junto à instituição financeira depositária das Debêntures, contendo o nome do Debenturista e a quantidade de Debêntures que pretende converter.

Para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data de solicitação junto ao SND, operacionalizado pela CETIP, ou data da entrega da Solicitação de Conversão para a instituição financeira depositária das Debêntures, caso não estejam registradas no SND.

Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures em ações serão realizados e averbados na Junta Comercial da sede da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encerramento do período anual para exercício de conversão das Debêntures.

As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às atuais ações ordinárias da Companhia, fazendo jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia a partir da data da solicitação de conversão.



JUEP

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Após a data de conversão, as ações terão direito ao recebimento de dividendos integrais do exercício social em que ocorrer a conversão.

(xiii) Condições de Pagamento: O valor do principal das Debêntures será pago em 15 (quinze) parcelas semestrais iguais, sendo a primeira paga 6 (seis) meses após a Data de Emissão, ou seja, em 30 e maio de 2002, e as parcelas subsequentes a cada 6 (seis) meses contados da data de pagamento da parcela anterior.

Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Companhia utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, ou na hipótese das Debêntures não estarem custodiadas junto ao SND, em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim.

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplimento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo ou do Rio de Janeiro, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

(xiv) Colocação e Procedimento da Distribuição: O saldo das debêntures não subscrito pelos acionistas da Companhia, no prazo de exercício do direito de preferência mencionado no item (xi) acima, será objeto de distribuição pública sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras



JUL 89

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdades de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.

(xv) Garantias: As Debêntures são da espécie subordinada, sem garantia, nem preferência.

(xvi) Vencimento Antecipado: Observado o previsto no último parágrafo deste item, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

(a) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures nos termos da Escritura;

(b) término por inadimplemento ou invalidade do Contrato de Consórcio ou do Contrato de Suporte, término por qualquer motivo (salvo em decorrência do término do prazo contratual originalmente previsto) do Contrato de Concessão (termos estes a serem definidos na Escritura de Emissão relativa às Debêntures), ou, ainda, renúncia pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ou pela Companhia de quaisquer de seus direitos previstos em quaisquer desses documentos;

(c) protestos legítimos e reiterados contra a Companhia, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto



JUL 2017

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que a Companhia receber aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário nesse sentido;

(d) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia, por sua controladora direta ou por qualquer de suas controladas;

(e) liquidação ou decretação de falência da Companhia, de sua controladora direta ou de qualquer de suas controladas;

(f) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

(g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, de sua controladora direta ou de qualquer de suas controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(h) trânsito em julgado de qualquer sentença, emissão de laudo arbitral definitivo, execução de mandados de penhora ou início de processos semelhantes, em qualquer caso que versem sobre o pagamento de valor equivalente ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) contra a Companhia, sua controladora direta ou qualquer de suas controladas; ou

(i) penhora, arresto ou seqüestro de bens da Companhia, de sua controladora direta ou de suas controladas, em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia com base nas mais recentes demonstrações financeiras anuais da Companhia, em procedimento administrativo ou processo judicial, que não seja cancelado em até 60 (sessenta) dias após a sua instauração.



JUL 2013

2013

Os valores mencionados nos itens (c), (g) e (h) serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M ou qualquer índice que o substitua.

Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos itens (a), (b), (d) e (e) acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automática e antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extra-judicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais itens acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação.

(xvii) Forma Alternativa de Recebimento. Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures conforme estabelecido no item (xvi) acima, os Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, poderão, a seu único e exclusivo critério, autorizar o pagamento de qualquer valor devido pela Companhia nos termos da Escritura, por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os Debenturistas. Nenhum pagamento de valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos Debenturistas nos termos desta Cláusula.

(xviii) Negociação: As Debêntures serão negociadas no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.”



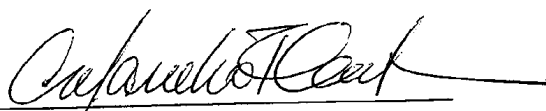
Nova Marlim

JUL 2001

2001

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembléia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. São Paulo, 16 de novembro de 2001. (aa) Presidente: Luis Antonio Semeghini de Souza; Secretária: Cristiane Naomi Kaneko Flesch. Acionistas: NOVAMARLIM PARTICIPAÇÕES S.A., p. Luis Antonio Semeghini de Souza e Ronald Herscovici; Luis Antonio Semeghini de Souza; Cristiane Naomi Kaneko Flesch; e Alexandre Gossn Barreto.

Confere com a original
lavrada em livro próprio.


Cristiane Naomi Kaneko Flesch
Secretária

